MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Decreto n.º 44 888

Com a publicação do Decreto n.º 44 819, de 28 de Dezembro último, pretendeu-se alterar a distribuição dos encargos da empreitada de construção do agrupamento de 36 casas económicas em Rossio ao sul do Tejo, de modo a satisfazer as exigências resultantes do maior desenvolvimento dos trabalhos;

Considerando, porém, que tal diploma não foi publicado a tempo de se dar cumprimento às consequentes formalidades antes do fim do ano;

Considerando que, por tal motivo, se torna conveniente manter a distribuição dos encargos fixados no artigo 2.º do Decreto n.º 44 370, de 28 de Maio de 1962;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Tendo em conta a impossibilidade de se alterar o contrato da obra de construção de um agrupamento de 36 casas económicas em Rossio ao sul do Tejo, nas condições previstas no Decreto n.º 44 819, de 28 de Dezembro de 1962, a tempo de produzir os seus efeitos, fica a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais autorizada a promover a liquidação dos respectivos trabalhos dentro dos limites anteriormente fixados no artigo 2.º do Decreto n.º 44 370.

Art. 2.º Em consequência do disposto no artigo anterior, fica revogado o Decreto n.º 44 819, já citado.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Fevereiro de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira.

Decreto n.º 44 889

Com a publicação do Decreto n.º 44 821, de 28 de Dezembro último, pretendeu-se alterar a distribuição dos encargos da empreitada de construção de um agrupamento de 100 casas económicas no Entroncamento, de modo a satisfazer as exigências resultantes do maior desenvolvimento dos trabalhos;

Considerando, porém, que tal diploma não foi publicado a tempo de se dar cumprimento às consequentes formalidades antes do fim do ano;

Considerando que, por tal motivo, se torna conveniente manter a distribuição dos encargos fixados no artigo 2.º do Decreto n.º 44 442, de 2 de Julho de 1962;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Tendo em conta a impossibilidade de se alterar o contrato da obra de construção de um agrupamento de 100 casas económicas no Entroncamento, nas condições previstas no Decreto n.º 44 821, de 28 de Dezembro de 1962, a tempo de produzir os seus efeitos, fica a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais autorizada a promover a liquidação dos respectivos trabalhos dentro dos limites anteriormente fixados no artigo 2.º do Decreto n.º 44 442.

Art. 2.º Em consequência do disposto no artigo anterior, fica revogado o Decreto n.º 44 821, já citado.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Fevereiro de 1963. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 19 719

Tem sido preocupação constante do Governo promover, no ultramar, a par do progresso económico, o acesso de todas as classes da população aos diferentes graus de ensino.

Com este objectivo, os governos e numerosas instituições públicas e privadas das províncias ultramarinas mantêm considerável número de bolsas de estudo.

Na mesma orientação, o Ministério do Ultramar criou, pelas Portarias n.ºs 17 888, de 8 de Agosto de 1960, e 18 565, de 1 de Julho de 1961, 20 bolsas, sendo 10 para estudantes destinados ao então denominado Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e 10 para candidatos ao Instituto de Serviço Social.

Além disso, por sucessivos despachos ministeriais haviam sido concedidas outras bolsas, em número de 14.

Na sequência desta política, e tendo em vista a vantagem de proporcionar a um número cada vez maior de estudantes formação técnica e de nível universitário, criam-se agora mais 19 bolsas de estudo e concede-se a todos os bolseiros assistência médica gratuita.

Por último, aproveita-se a oportunidade para submeter a concessão das bolsas a um regime uniforme e, dada a circunstância de entretanto haverem sido criados nas províncias de Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique institutos de educação e serviço social, altera-se a proporção da distribuição pelos diferentes cursos das bolsas a conceder.

Nestes termos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, o seguinte:

1.º O Ministério do Ultramar institui 53 bolsas de estudo, a conceder nos termos das disposições da presente portaria.

2.º A distribuição destas 53 bolsas será feita como segue:

a) 26 bolsas para frequência do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina;

b) 12 bolsas para frequência de outros cursos superiores;

c) 5 bolsas para frequência dos cursos dos institutos industriais e comerciais;

d) 5 bolsas para frequência dos cursos do Instituto de Serviço Social;

e) 5 bolsas para frequência dos cursos das escolas do magistério primário.

3.º As bolsas referidas na alínea a) do número anterior poderão ser concedidas a estudantes de qualquer ponto do território nacional, com preferência absoluta para os provenientes das províncias ultramarinas.

4.º Das bolsas referidas na alínea b) do n.º 2.º são excluídos os candidatos de Angola e Moçambique aos cursos superiores professados nos estudos gerais univer-